

## **Olhares sobre a Capes: ciência e política na ditadura militar (1964-1985)**

---

**Caio Fernandes Barbosa**

Graduando em História  
Universidade Federal da Bahia

---

### **Resumo:**

Este artigo lança um olhar sobre o processo de institucionalização da ciência no Brasil e seu conturbado contexto político, na tentativa de apresentar as problemáticas sobre o estudo da história da ciência durante o regime militar (1964-1985). A dupla memória em relação ao regime, a dupla política em relação aos intelectuais (financiar e perseguir), em que bases foi organizada nossa ciência e como se processava a doutrina de segurança nacional dentro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – são temas esboçados neste artigo.

---

### **Palavras-chave:**

Brasil – governo militar (1964-1985) • ciência •  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

## Introdução

Sobre o período de 1964-1985, a comunidade científica brasileira desenvolveu uma dupla memória.<sup>1</sup> Por um lado, os militares foram responsáveis pela dinamização da ciência no Brasil, criando instituições de ensino superior e agências de fomento à pesquisa científica e organizando as pós-graduações; por outro lado, porém, perseguiram e impediram que diversos cientistas desenvolvessem plenamente suas carreiras. Algo semelhante acontece com os estudos e também com a memória sobre o “Milagre Econômico”, como bem notou Élio Gaspari: “O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se (...). Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro”.<sup>2</sup>

O objetivo de quem se debruça sobre este tema deve ser o de construir uma narrativa capaz de unificar essas duas memórias, na tentativa de demonstrar que o conflito e a negociação foram faces diferentes da mesma moeda, o que pode ser feito mediante a análise dos depoimentos dos dirigentes e dos documentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).<sup>3</sup>

Além da problemática sobre a dupla memória desenvolvida pela comunidade científica sobre o que foi o período de ditadura, estudos como estes são fundamentais para compreender em que bases foi organizada a ciência brasileira. Foi durante o regime que se fortaleceram os organismos que possibilitaram desenvolvimento técnico-científico brasileiro. A multiplicação no número de mestrados e doutorados e das bolsas de pesquisa no Brasil e no exterior são evidências desse processo. Para Simon

1 Ver Olival Freire Jr., “Sobre a relação entre Regimes políticos e desenvolvimento científico: apontamentos para um estudo sobre a história da ciência & tecnologia durante o regime militar brasileiro”, *Revista Fênix*, 4, IV, 3 (2007).

2 Élio Gaspari, *A ditadura escancarada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 13.

3 Depoimentos publicados em Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira (orgs.), *Capes, 50 anos*, [s.l.], FGV\CPDOC-CAPES, 2002. O conjunto de documentos a que me refiro é parte do acervo do Fundo CAPES e pode ser encontrado na sede da instituição em Brasília, no segundo andar do Anexo do Ministério da Educação. Ver Georgete Medleg Rodrigues e Renato Tarciso Barbosa de Sousa, *Inventário da Capes*, Brasília, [s.n.], 2003. A Capes surgiu como “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”; só em 1964, após um decreto-lei, passou a se chamar “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”.

Schwartzman, foi nesse período que a ciência brasileira deu seu “grande salto”.<sup>4</sup>

Há a compreensão, neste estudo, de que a ruptura, ou melhor, o “grande salto”, se sustentou nas estruturas da ordem anterior. Para isso, basta lembrar que as duas principais agências de fomento à ciência – a Capes e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – não foram criadas durante o regime, mas foram utilizadas pela política científica do Estado como instrumentos importantes na mudança do patamar na qual se encontravam a ciência e a tecnologia nacionais. Caso análogo aconteceu na Argentina, onde as estruturas herdadas do peronismo se conservaram e serviram de instrumento de desenvolvimento do setor durante a ditadura militar no país.<sup>5</sup>

As agências de fomento à ciência foram as responsáveis por mediar a relação entre o Estado brasileiro e a intelectualidade universitária. A Capes, apesar de ser uma estrutura do Estado estratégica no desenvolvimento técnico e científico do país, não foi dirigida por militares, mas sim por acadêmicos, na maioria dos casos com relativa autonomia, mesmo observados de perto pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). Isso demonstra que projetos científicos dos acadêmicos estavam sob constante vigilância, mas que mesmo assim as agências de fomento, como a Capes, eram espaços da negociação. Entretanto, essas negociações nem sempre se davam de forma amigável ou pacífica.

O conflito entre indivíduos desses dois setores sociais (militares e acadêmicos) precisava ser contornado, tarefa exercida pelos dirigentes da Capes, sempre alertas ao menor sinal de estranhamento entre o conselho deliberativo e o ministério. Ocupando um espaço em certa medida ambíguo, os dirigentes da Capes transitavam entre o universo militar com suas próprias hierarquias e jogos de poder, e entre o universo acadêmico com suas normas e seu status.

A ação dos militares para desenvolver o país seria inviável sem o apoio técnico e científico; já os cientistas precisavam de mais recursos para desenvolver suas pesquisas. Ambos viam na ciência uma oportunidade de

4 Ver Simon Schwartzman, *Um espaço para a ciência*, Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

5 Ver Diego Hurtado Mendoza e Analia Busala, “De ‘la movilización industrial’ a la ‘Argentina científica’: la organización de la ciencia durante el peronismo”, *Revista da SBHC*, 4, 1 (2006), pp. 17-33.

diminuir os problemas brasileiros. Sendo assim, compreende-se que “os investimentos em ciência, tecnologia e educação feitos durante a Ditadura tinham uma relação direta com o modelo de desenvolvimento econômico planejado pelos militares”.<sup>6</sup>

O estudo aqui apresentado fortalece os questionamentos e as críticas sobre a automática relação entre os regimes democráticos e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ideias presentes tanto no filósofo austríaco Karl Popper como no sociólogo norte-americano Robert K. Merton, “dois gigantes intelectuais do século XX”.<sup>7</sup> Sendo assim, este trabalho enriquece a argumentação de outra vertente historiográfica, que tem como principais expoentes o historiador russo Alexei Kojevnikov e o brasileiro Olival Freire Jr. Para Freire Jr, “ideias correntes, enraizadas no senso comum, que consideram a democracia política requisito necessário àquele desenvolvimento, não encontram apoio adequado na historiografia sobre a ciência”.<sup>8</sup>

## **1964, o ano que só acabou em 1985**

É impossível compreender a formação da comunidade científica e a institucionalização da ciência no Brasil sem falar dos fenômenos que se sucederam entre 1964 e 1985.

Páginas dolorosas da nossa história foram escritas nesses anos. O movimento civil-militar estabeleceu o fim do regime democrático, marcando profundamente a memória do país. Junto com a derrubada do presidente João Goulart e seu exílio no Uruguai, vieram as mudanças nos espaços de poder dentro do Estado brasileiro, a exemplo da Capes.

As ações e as promessas do governo de Jango chocaram com os interesses do “bloco multinacional e associado”,<sup>9</sup> formado por banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, militares, magistrados, e pela chamada classe média. A radicalização pela bandeira das

6 José Eduardo Ferraz Clemente, “Ciência e política durante a ditadura militar (1964-1979): o caso da comunidade de brasileira de físicos” (dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2005), p. 168.

7 Olival, “Sobre a relação entre regimes políticos e desenvolvimento científico”, p. 3.

8 Olival, “Sobre a relação entre regimes políticos e desenvolvimento científico”, pp. 1-2.

9 Ver René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

“reformas de base” chegou ao ponto alto em março de 1964, no famoso “Comício da Central”, quando o então presidente e outras lideranças ligadas aos movimentos sociais radicalizaram o discurso. A opinião pública estava dividida entre aqueles que defendiam o governo de João Goulart e aqueles que desejavam uma saída “revolucionária”. Há um dado relevante para os mais supersticiosos: aquele comício aconteceu em uma sexta-feira 13.<sup>10</sup>

Em 19 de março de 1964, em São Paulo, como resposta, as elites e os anti-janguistas saíram às ruas segurando faixas com os seguintes dizeres: “Deus, Guarde o Brasil”, ou o cômico “Vermelho bom, só batom”, ou ainda o ameaçador “Tá chegando a hora de Jango ir embora” – era o prefácio do que aconteceria em 1º de abril de 1964. Em 24 do mesmo mês, para tornar ainda mais complexo o cenário, marinheiros, sob o comando de Cândido Aragão, o “Almirante Vermelho”, se rebelavam, só voltando à normalidade três dias depois.

O cenário de instabilidade política já estava criado, e foi dele que se aproveitaram os civis plutocratas e militares conservadores, que aguardavam uma nova oportunidade de dirigir o país desde 1954, para assumir o papel de protagonistas na restauração da “ordem”. “Por meio da suspensão das garantias constitucionais, o Executivo valeu-se da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares” para instalar uma “nova ordem”, não mais regida pelas regras da democracia representativa, mas pelo autoritarismo hierarquizado típico dos militares.<sup>11</sup>

Assumia a cadeira de Presidente da República do Brasil o Marechal Castelo Branco, responsável por dirigir uma Ditadura transitória de dois anos que acabou se estendendo e se transformando no regime político que duraria 21 longuíssimos anos. O grande desafio do governo Castelo Branco era superar a crise econômica e os índices de inflação, além, é claro, de reprimir o campo democrático e popular que se organizava em torno do governo do ex-presidente João Goulart.

O clima de desordem que habitava os quartéis impulsionou ainda mais as ações contra os direitos humanos. Os militares trataram a questão referente aos desrespeitos aos direitos humanos como momentânea, sanada

10 Ver Élio Gaspari, *A ditadura envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

11 Gaspari, *A ditadura envergonhada*, p. 130.

como a estabilização do governo. Entretanto, por falta de controle ou por falta de vontade dos quartéis, o cárcere era o lugar onde os “subversivos” se encontravam com outro ilustre personagem da ditadura militar brasileira: a tortura.

“O governo do Marechal Castelo Branco foi colocado diante da questão da tortura bem depois do fragor da hora, ou, numa expressão de Geisel, do ‘calor da luta’. Em julho de 1964, quando a administração já havia retomado seu curso relativamente normal, os cárceres começaram a gritar”.<sup>12</sup> Esses gritos de desespero chegaram até a gerar a visita de Geisel a algumas guarnições no nordeste brasileiro. Essa operação ficou conhecida como “Missão Geisel”, que não resultou em qualquer tipo de punição.

As esquerdas haviam sido derrotadas, e o povo mais uma vez estava afastado dos espaços de decisão do país. O regime que se iniciou em 1º de abril daquele ano demonstrou sua face nas primeiras horas depois de concretizado o golpe. No final do dia, sete civis estavam mortos. O Ato Institucional apresentado em 9 de abril cassou de imediato 40 mandatos parlamentares, calando os possíveis opositores nos espaços institucionais. Os primeiros alvos da ditadura, além dos parlamentares ligados ao presidente João Goulart, foram as organizações de esquerda, os movimentos populares do campo e da cidade que, antes de 1964, apresentavam uma atuação mais dinâmica: “sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas”.<sup>13</sup>

As figuras públicas e os militares ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) ou ao Janguismo também foram cassados, dentre eles Anísio Teixeira, fundador e dirigente da Capes. Em outubro daquele ano, o artigo punitivo do Ato Institucional já tinha atingido 4.454 pessoas. A truculência e o desrespeito às frágeis regras democráticas brasileiras do período marcaram o ritmo da atuação daqueles que assumiam o poder no país. No final do primeiro ano de ditadura, já eram 20 mortos (sendo 9 “suicídios”) e 203 casos de denúncia de torturas.<sup>14</sup>

Entretanto, é preciso compreender que a violência não foi homogênea durante todo o Regime. De acordo com os jogos de poder e as

12 Gaspari, *A ditadura envergonhada*, p. 142.

13 Gaspari, *A ditadura envergonhada*, p. 131.

14 Gaspari, *A ditadura envergonhada*, p. 382.

correlações de força na sociedade, as ondas de violências e violações diminuíam ou aumentavam. Em 1969, as possibilidades abertas pelo AI-5 fizeram a violência atingir seus mais altos índices.

Com as transformações na economia durante esses anos, os militares e os setores privados da burguesia introduziram o Brasil em uma nova dinâmica social.

## Figuras e figurantes

Para entender o processo de relação entre o Estado e os intelectuais por meio da Capes, é preciso conhecer um pouco da linha sucessória da direção desta instituição durante o período: seus personagens, seus nomes, suas origens e as relações que os levaram ao topo da Capes.

Com a chegada dos militares ao poder e a cassação de Anísio Teixeira, foi indicada pelo Presidente Castelo Branco para assumir a Capes Suzana Gonçalves, professora ligada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Ela não era uma intelectual de destaque ou importância nacional; na realidade, foram os laços de parentesco com o então Presidente da República que levaram-na à mais alta cadeira na hierarquia da instituição.

Durante o seu período no comando da instituição, surgiu o Decreto-lei nº 53.932, de 26 de maio de 1964, que

viria modificar a configuração da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, alterando também a sua denominação para *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. O mesmo decreto reunia agora num só órgão a CAPES, a COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos) e o PROTEC (Programa de Expansão do Ensino Tecnológico). A sua subordinação era direta ao Ministro da Educação e Cultura. No que diz respeito diretamente à estrutura interna da CAPES, esta passou a ser orientada por um Conselho Deliberativo (CD).<sup>15</sup>

Suzana Gonçalves saiu da direção da Capes em 1966, alegando um “endurecimento” do regime. Seu ato criou uma verdadeira crise

15 Rodrigues e Sousa, *Inventário da Capes*, p. 4.

institucional. Nos três anos que sucederam sua saída, passaram pela direção da Capes cinco diretores diferentes: Mário Werneck de Alencar Lima, Gastão Dias Velloso, Néelson Brandão Libânio, Nelson Afonso do Valle Silva e Jeferson Andrade Machado de Góis Soares. A situação só foi estabilizada com a entrada de Celso Barroso Leite.

Em 1970, Suzana Gonçalves retornou à Capes como Assessora de Programas, convidada por Celso Barroso Leite. Saiu definitivamente em 1975, com a saída de Barroso Leite e com a mudança da Capes para Brasília. Celso Barroso Leite foi o último dirigente da Capes enquanto esta esteve sediada no Rio de Janeiro.

Celso Barroso Leite formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Niterói e jornalista pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Trabalhou na Capes de 1957 a 1964 com Frederico Rangel, mas só em 1969 foi indicado diretor pelo Ministro da Educação Jarbas Passarinho, com quem já havia tido relações profissionais no Ministério da Previdência. O intelectual assumiu a tarefa de estabilizar a Capes no meio de uma fase de turbulências - 1969 foi o ano em que se iniciaram os “anos de chumbo”, com a aprovação do Ato Institucional número 5 (AI-5). Entretanto, a fase corresponde também ao início do “milagre brasileiro”, que viabilizou as bases para a transformação da Capes.

Em 1974, Barroso Leite saiu da direção da agência, sendo recrutado para seu lugar Darcy Closs. Formado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-graduado na Alemanha, de onde voltou especialista em micropaleontologia, ensinou na UFRGS no curso de Geologia. Foi um dos articuladores da criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Em 1974, foi convidado para assumir a direção da Capes, onde ficou até 1979, saindo com a troca no governo.

Em 1979, entrou em vigor a Lei da Anistia. Esse ano foi marcado pela volta dos exilados, alguns deles cientistas. 1979 também foi o último ano do governo Geisel. Com isso, Cláudio de Moura e Castro tornou-se dirigente da Capes a convite de membros da equipe do governo Figueiredo. Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), fez mestrados em universidades conceituadas nos Estados Unidos. Lecionou na PUC/RJ, na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Universidade de Brasília (UnB) e nas Universidades de Chicago, de Genebra e de Borgonha. Sua estadia na direção da Capes foi até



o ano de 1982, quando sua suposta indisposição para com o “baixo clero” da pós-graduação e com o CNPq levou-o a sair da instituição.

Edson Machado de Sousa foi convocado a assumir a Capes no período final da ditadura militar, permanecendo no cargo mesmo com o fim do governo Figueiredo, o último presidente militar. Matemático formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi dirigente da Capes de 1982 a 1989. Antes desse período, já tinha ocupado diversos cargos em outras instituições governamentais.

## “Olheiros”

Em julho de 1964, com a Lei 4.341, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo à frente um militar aposentado que respondia pelo nome Golbery do Couto e Silva, um dos principais conspiradores do golpe militar, ao lado de Ernesto Geisel. Golbery montou a estrutura de sua agência utilizando os arquivos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI). O SNI foi criado para centralizar e para gerar informações sobre temas ligados à segurança nacional, propósito mais modesto se comparado ao “que assumiria a partir de março de 1967, quando, de produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República, transformou-se, sob a chefia de Emílio Garrastazu Médici, em cabeça de uma ampla rede de espionagem”,<sup>16</sup> passando a fazer “em segredo tudo aquilo que a Presidência precisava que fosse bem-feito”.<sup>17</sup>

Com status superministerial e as garantias de invulnerabilidade, o SNI exerceu funções centrais na estrutura da ditadura militar. “Transformou-se em tribunal de instância superior para questões políticas, e, em 1970, foi de sua estrutura que saiu a avaliação pela qual o general Médici escolheria os governadores dos 21 estados brasileiros.”<sup>18</sup> O SNI, a partir da direção de Médici, endureceu; mesmo assim,

16 Carlos Fico, “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, *Revista Brasileira de História*, 24, 47 (2004), p. 36.

17 Gaspari, *A ditadura envergonhada*, p. 168.

18 Gaspari, *A ditadura envergonhada*, p. 170.

o órgão e suas representações nos ministérios civis (as divisões de segurança e informações, então remodeladas e fortalecidas) persistiam como produtores de informações, não se envolvendo diretamente nas 'operações de segurança', eufemismo que designa prisões, interrogatórios, torturas e extermínios, praticados pelo 'Sistema Codi-Doi', pelos órgãos de informações dos ministérios militares (Cie, Cisa e Cenimar) e dos departamentos de ordem política e social estaduais.<sup>19</sup>

O SNI, ao contrário das outras agências de inteligência que tiveram uma ampla atuação durante o período da ditadura militar, não estava vinculada ao Exército, nem à Aeronáutica e nem à Marinha, ou seja, não estava submetido a hierarquias e a regras militares. O SNI devia obediência apenas à Presidência da República. Esse fato dava ao órgão uma autonomia muito grande, e por isso proliferavam atos arbitrários e corrupção.

Na Capes, a exemplo de outros órgãos federais, também havia "olheiros" do SNI.<sup>20</sup> Os agentes responsáveis pelas observações geravam incômodos e apreensão nas pessoas que ali exerciam suas atividades. A ação desses olheiros, assim como a própria ditadura, não foi homogênea; acompanhava os movimentos de endurecimento e afrouxamento de acordo com a conjuntura política. No depoimento da Suzana Gonçalves, há trechos que evidenciam essa dinâmica: "Quando voltei a Capes, como Assessora de Programas, o agente do SNI não era mais aquele professor do período inicial, mas um militar".<sup>21</sup>

A relação com os olheiros do SNI gerou episódios tensos, mas também folclóricos. Suzana Gonçalves relata sobre a decisão do olheiro da Capes de criar um questionário específico que dificultasse o acesso de elementos subversivos ao financiamento:

Para mostrar eficiência, [o agente do SNI em 1970] fez um questionário: tínhamos que preencher o nome do bolsista, sua proveniência, seus compromissos com a Capes. Depois, para serem respondidas pelo bolsista, vinham umas perguntinhas, entre as quais uma totalmente risível: 'Gosta de música? Quais são seus autores preferidos?'. Obviamente, se fosse comunista de verdade, só responderia Mozart, Beethoven, porque era escolado, mas se não fosse e

19 Fico, "Versões e controvérsias", p.37.

20 As universidades federais tinham órgãos internos de espionagem e segurança.

21 Ferreira e Moreira (orgs.), *Capes, 50 anos*, p. 53.

escrevesse Geraldo Vandré, estaria perdido. Como baixou o nível, que coisa incrível!<sup>22</sup>

A existência do questionário nos moldes exigidos pelo membro do SNI demonstra a tentativa de ampliar o controle sobre a política de distribuição de bolsas de um aparelho estatal e a adoção de práticas completamente parciais e ideologizadas para o processo de seleção e acesso ao financiamento.

## **Campo aberto**

O desafio para os historiadores que se interessam pelo tema é compreender o que permaneceu e o que foi alterado em relação à política da Capes e à política para a Capes nesta conturbada conjuntura política correspondente aos anos de ditadura, e como a intelectualidade se utilizou desse espaço dentro do Estado.

A bibliografia sobre a história da Capes antes do período militar é significativa, principalmente no que se refere a Anísio Teixeira, mentor e primeiro dirigente da instituição. Entretanto, entre os anos de 1964 e 1989, as análises são escassas. Dois memoriais foram criados e se tornaram as principais referências para escrever a história da Capes: o primeiro é referente aos seus 45 anos,<sup>23</sup> e o segundo, já citado, é comemorativo aos 50 anos da instituição. Este tem especial valor, por trazer depoimentos dos principais dirigentes, mas também pela qualidade do trabalho, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira.<sup>24</sup>

Os estudos sobre a Capes trazem à luz elementos importantes para a difícil questão entre os militares, com sua doutrina de segurança nacional, e os intelectuais, com seus projetos e concepções de país e de ciência. O aprofundamento da análise e o aumento da produção sobre a história da Capes pode nos ajudar a compreender a política de desenvolvimento da ciência no Brasil e quais as bases da institucionalização da ciência neste país.

22 Ferreira e Moreira (orgs.), *Capes, 50 anos*, p. 53.

23 Ver Rogério de Andrade Córdova, "Capes, 45 anos de história", Brasília, [s.n.], 1996 (mimeo).

24 Ver Ferreira e Moreira, *Capes, 50 anos*.